

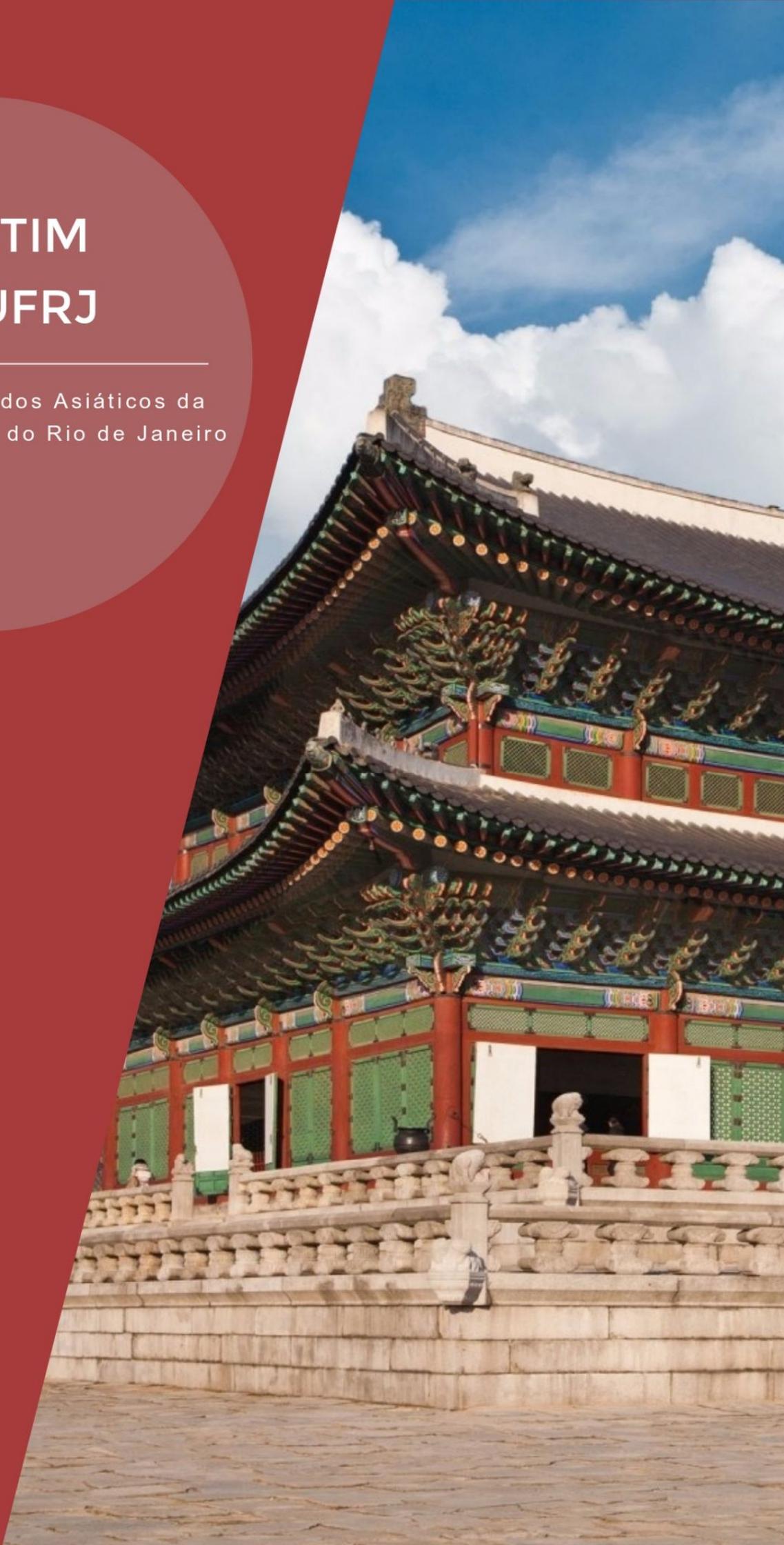
BOLETIM LEA-UFRJ

Laboratório de Estudos Asiáticos da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A N O 2 | N º 5 |
J U N H O D E 2 0 1 8



UFRJ



BOLETIM LEA-UFRJ

ANO 2 | Nº 5 | JUNHO DE 2018

O Boletim LEA-UFRJ é uma publicação mensal que reúne análises de conjuntura sobre países, regiões e temáticas referentes à Ásia. O mesmo está vinculado ao Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo composto por editorial e textos redigidos por alunos de graduação e de pós-graduação vinculados às atividades de pesquisa do laboratório. Trata-se de uma iniciativa de extensão universitária, cujo propósito é aproximar a sociedade dos trabalhos desenvolvidos dentro da universidade.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Leonardo Valente Monteiro (UFRJ)

Editora Adjunta

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Pesquisadores do Laboratório de Estudos Asiáticos da UFRJ

Caroline Rocha T. Colbert (PEPI-UFRJ)

Davidson Costa Souza (UFRJ)

Dimitria H. de Mello Assis Nunes (UFRJ)

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira (UFRJ)

Henrique Fischer Lemos (UFRJ)

Júlia Souza Izquierdo Penaranda (UFRJ)

Lahissa da Silva Pereira (UFRJ)

Lais Helena Ferreira dos Santos (UFRJ)

Leonardo Mendonça Ventura (UFRJ)

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Lucas Almeida de Brito (UFRJ)

Mariana Harouche Fontes (UFRJ)

Marcelo Santos Ribeiro (UFRJ)

Matheus Bruno F. Alves Pereira (UFRJ)

Nathan Morais Pinto da Silva (Estácio)

Pedro Allemand M. Silva (PEPI-UFRJ)

Rebecca Souza Batista (UFRJ)

Sabrina Rodrigues Pacheco (UFRJ)

Thayane Queiroz Santos de Jesus (UFRJ)

Capa e Layout

Letícia Figueiredo Ferreira (PEPI-UFRJ)

Contato



Laboratório de Estudos Asiáticos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 250 – Praia Vermelha – CEP 22290-902

Rio de Janeiro/RJ – Brasil

E-mail: leari.ufrj@gmail.com

Site: leariufRJ.wixsite.com/home

SUMÁRIO

EDITORIAL

SOBRE A SÉTIMA EDIÇÃO DO BOLETIM 04

ARTIGOS

A SINERGIA RUSSO-TURCA: DA INIMIZADE HISTÓRICA À COOPERAÇÃO NO
PROCESSO DE ASTANA 05

DISPUTA DE PODER NO ORIENTE MÉDIO: O ACORDO NUCLEAR COM O IRÃ
..... 14

ENTRE A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES EUA-PAQUISTÃO E A EMERGÊNCIA
DE NOVAS ALIANÇAS NO CONTINENTE ASIÁTICO 21

OS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E A ILHA DE SOCOTRA: A TENTATIVA DE
COLONIZAÇÃO DA ILHA IEMENITA NO GOLFO DE ÁDEN 27

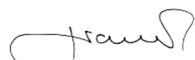
EDITORIAL

SOBRE A SÉTIMA EDIÇÃO DO BOLETIM

Na presente edição, o boletim do Laboratório de Estudos Asiáticos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEA-UFRJ) volta a examinar o Oriente Médio, região cujas marcas desferidas pela interferência de potências estrangeiras são constantemente reabertas. Nesse contexto de competição interestatal capitalista, observa-se naquele território, sob a bandeira da soberania e integridade territorial dos Estados do Oriente próximo, um avanço militar, político, e econômico da Rússia e da China, que buscam (re)consolidar sua posição na região a partir dos erros de política internacional cometidos pelos países ocidentais – nomeadamente Estados Unidos e Europa – e em detrimento dos interesses desses.

O primeiro artigo, de autoria de Letícia Ferreira e Thayane Queiroz, é o primeiro de uma série de três que aborda a reaproximação russo-turca em curso nos dois últimos anos, sondando os esforços de cooperação entre Ancara e Moscou na Guerra da Síria apesar de sua rivalidade histórica e do apoio a lados apostos no conflito que perdura há mais de sete anos. O segundo artigo, redigido por Davidson Souza e Lucas Almeida, discorre sobre a denúncia do Acordo Nuclear Iraniano pelos Estados Unidos, também integrando uma sequência de três trabalhos que tratam da competição entre grandes potências no Oriente Médio, frente ao acirramento das relações entre Ocidente e Oriente e ao fortalecimento, pelo primeiro, do discurso de combate à proliferação de armas químicas e nucleares para reduzir a influência russa e iraniana na região.

O terceiro artigo, escrito por Dimitria Nunes, analisa a deterioração da aliança histórica entre Estados Unidos e Paquistão e a progressão da retórica de que Islamabad tem supostamente fornecido assistência ao Talibã e à Rede Haqqani, grupos jihadistas que deveria combater por meio do financiamento concedido por Washington, suspenso recentemente. O quarto artigo, por fim, elaborado por Giovanna Monteiro, versa sobre a projeção geopolítica e geoeconômica dos Emirados Árabes Unidos na ilha de Socotra, em meio à guerra civil do Iêmen, onde esses têm disposto tropas e explorado os recursos naturais da ilha protegida pela UNESCO e de posição estratégica para as rotas marítimas no Oceano Índico e no Golfo de Áden.


Leonardo Valente e Letícia Ferreira

Editores

A SINERGIA RUSSO-TURCA: DA INIMIZADE HISTÓRICA À COOPERAÇÃO NO PROCESSO DE ASTANA

Leticia Figueiredo Ferreira

Thayane Queiroz Santos de Jesus

Em abril de 2018, o presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, recebeu, em Ancara, sua contraparte russa, Vladimir Putin, para a sétima reunião do Conselho de Cooperação Russo-Turca de Alto Nível, centrada no aprimoramento das relações econômico-comerciais, culturais e técnico-científicas entre seus países. Nela também se debateu a aceleração da entrega dos sistemas de defesa S-400 comprados por Ancara de Moscou e os avanços na construção do gasoduto *TurkStream*, que desembocará o gás russo na Turquia. Ademais, Putin viajou à capital turca para a cerimônia de inauguração da usina nuclear de Akkuyu, a primeira do país, a ser erigida pela estatal russa *Rosatom*; e para a Cúpula de Ancara, segundo encontro trilateral entre os chefes de Estado que, junto ao Irã, lideram, desde 2017, o chamado Processo de Astana.

A despeito de possuírem um histórico de inimizade e ambivalência em suas relações, a partir, em especial, dos anos 2000, Rússia e Turquia se lançaram notoriamente à expansão de suas frentes de cooperação e ao reforço da confiança mútua. Essa aproximação russo-turca é o objeto de estudo de uma série de três artigos das autoras, sendo o presente trabalho destinado à análise da colaboração entre Ancara – que apoiava elementos da oposição e defendia a deposição do regime al-Assad desde 2012 – e Moscou na Guerra da Síria. Os demais artigos abordarão a promoção de projetos conjuntos de infraestrutura energética, com o segundo enfocando a construção da *TurkStream* através de uma parceria entre as petroleiras *BOTAS* e *Gazprom* e o terceiro analisando a edificação da planta nuclear turca pela *Rosatom*.

Historicamente, a ambiguidade tem sido o elemento que permeia o relacionamento entre Rússia e Turquia. De um passado de constantes guerras travadas entre o Império Russo e o Império Otomano aos mais recentes feitos de cooperação entre esses países, é possível notar o papel que a proximidade geográfica e a conseguinte sobreposição parcial de áreas de projeção e interesses geoestratégicos desempenham nessa relação (BARRINHA, 2017). A isso se somam uma racionalidade tendencialmente realista que norteia a política externa de ambos os Estados e o entendimento recíproco dos benefícios que uma atuação mais consonante poderia lhes oferecer – o qual, à diferença da contemporaneidade, nem sempre preponderou.

Segundo André Barrinha (2017), entre 1676 e 1917, os dois atores rivalizaram em doze guerras, o que seria suficiente para contabilizar nesse interregno, em média, uma guerra a cada vinte anos. Ao longo do século XIX, dois embates fundamentais espelharam a disputa entre os

dois impérios por áreas comuns de projeção de poder: a Guerra da Crimeia (1853-1856) e a Guerra Russo-Turca (1877-1878). Na primeira contenda, a Rússia foi à guerra contra o poder otomano a fim de defender a península da Crimeia¹, a qual, após ser tributária do sultão desde o século XV, havia sido anexada por Catarina, a Grande, em 1783. Já a Guerra Russo-Turca se desenrolou em um momento em que os nacionalismos internos ganhavam fôlego nos Bálcãs. Nessa, a Rússia enfrentou militarmente o Império Otomano visando uma posição estratégica na região balcânica e se opondo às arbitrariedades perpetradas pelo rival contra os povos eslavos – com quem os russos partilham da mesma raiz étnica (VASCONCELLOS, 2016).

O clima de rivalidade entre os Estados russo e turco, entretanto, logo se dissipou com as mudanças ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial. A despeito de ter ocupado parte do flanco leste do decadente Império Otomano durante o conflito, a União Soviética (URSS) iria apoiar fortemente a Guerra de Libertação da Turquia, por considerá-la um movimento crítico ao imperialismo ocidental. O suporte soviético foi digno de menção no próprio discurso de vitória feito por Mustafa Kemal, oficial do exército que liderou o movimento revolucionário, o qual atribuiu ao “nacionalismo turco e ao comunismo soviético” as bases da nascente República da Turquia (BARRINHA, 2017). A URSS foi, portanto, a primeira do rol das grandes potências a reconhecer o Estado turco, ainda na fase das lutas por libertação.

Em 1925, os dois países chegaram a concluir um Pacto de Não-Agressão, na esteira de um relacionamento positivo que perduraria até a Segunda Guerra Mundial. No âmbito da bipolaridade, todavia, a Turquia encontraria nos Estados Unidos seu aliado primordial, aderindo à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no alvorecer dos anos 1950 (Idem, 2017). Ainda que a década seguinte tenha testemunhado um período de degelo entre Moscou e Ancara, sob a liderança de Nikita Krushev na URSS, foi apenas nos anos 1980 que as relações russo-turcas se estreitaram com maior expressão, a partir, sobretudo, da abertura política turca encetada pelo governo do então primeiro-ministro Turgut Ozal. Assim, em 1984, foi firmado um acordo de fornecimento de gás russo à Ancara que se transformaria num importante “marco na viragem no relacionamento” entre Turquia e Rússia (BARRINHA, 2017, p. 256).

Muito embora, aos olhos de Moscou, a Turquia permaneça representando os interesses estadunidenses em seu entorno regional, o encerramento da Guerra Fria desembarçou os vínculos entre os dois países. De fato, o fim do conflito bipolar possibilitou, em 1992, uma troca de visitas entre ministros de negócios estrangeiros, bem como a assinatura do Tratado sobre os

¹ Ao mesmo tempo que fulgura como mito fundador e berço da espiritualidade ortodoxa que dá sentido à identidade do povo russo, a Crimeia é central na estratégia perene de Moscou de acesso aos chamados “mares quentes”, por meio dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos (VASCONCELLOS, 2016).

Princípios da Relação entre a República da Turquia e a Federação Russa. Posteriormente, na virada para o século XXI, a consolidação da liderança de Vladimir Putin, na Rússia, e a emergência do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), na Turquia, iriam reverberar fortemente no estreitamento dos laços entre os dois países (Idem, 2017).

No primeiro decênio dos anos 2000, as visitas presidenciais já se multiplicam: em 2005, Putin visita o vizinho turco, naquela que seria a primeira viagem do “mais alto dignitário russo à Turquia desde 1972” (BARRINHA, 2017, p. 258). Os diversos encontros resultaram, em 2009, na Declaração Conjunta sobre a Intensificação da Amizade e Parceria Multidimensional entre os países; na assinatura, no mesmo ano, de mais de vinte protocolos e acordos que expandiram áreas da cooperação russo-turca; e na criação, em 2010, do Conselho de Cooperação Estratégica, voltado à promoção das relações econômico-comerciais entre os dois Estados através de reuniões anuais entre seus líderes (Idem, 2017).

Paulatinamente, Rússia e Turquia parecem superar a condição de aliados situacionais para se consolidarem como reais parceiros estratégicos, unidos via projetos de cooperação em âmbitos sensíveis da segurança nacional e que entrelaçam um Estado ao outro no longo prazo, como defende Ishchenko (2017). Nem mesmo a crise diplomática que se instaurou em 2015, em razão do abatimento de um caça russo pelas forças armadas da Turquia na fronteira dessa com a Síria, foi suficiente para derruir, em termos definitivos, a colaboração russo-turca (PAUTASSO, 2017). Conforme citado anteriormente, a parceria que vem se desdobrando entre Moscou e Ancara abarca, hoje, setores tais quais o de armas de alta tecnologia, o de energia nuclear e o de fornecimento e trânsito de gás natural (ISHCHENKO, 2017). Por sinal, essas também são as áreas em que a Rússia coopera mais ativamente com o Irã, precisamente o terceiro ator que lidera as negociações de paz do conflito sírio no Processo de Astana.

Os primeiros esforços de mediação da guerra civil síria, deflagrada, no início de 2011, por uma série de manifestações contra o governo de Bashar al-Assad no contexto da Primavera Árabe, emanaram da Liga Árabe. A organização regional formulou um Plano de Ação Árabe que buscava findar a violência e iniciar um diálogo nacional, promovendo negociações e uma sucessão de medidas coercitivas – como sanções econômicas e a suspensão da participação da Síria na Liga – para que o regime sírio acatasse o mesmo. Uma missão de observação civil e militar foi enviada à Damasco, mas logo se instalou uma controvérsia entre os membros da Liga a respeito da sua atribuição e mandato. No início de 2012, a mesma foi suspensa e a gestão do processo de paz assumida pela Organização das Nações Unidas (ONU) (LUNDGREEN, 2016).

Sob a égide das Nações Unidas, a estratégia geral, frente aos sucessivos fracassos em estabelecer negociações diretas entre o governo e a oposição sírios, foi empregar a influência de potências regionais e internacionais na Síria para alcançar um cessar-fogo. Nomeou-se um Enviado Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes para mediar o conflito, posição ocupada pelo ex Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, ao longo de 2012, pelo diplomata argelino Lakhdar Brahimi, entre 2012 e 2014, e pelo diplomata sueco-italiano Staffan de Mistura, de 2014 até o presente. A organização conseguiu estabelecer duas tréguas supervisionadas, em abril de 2012 e fevereiro de 2016, mas ambas se deterioraram rapidamente, em razão de divergências entre os atores envolvidos; sobretudo em relação à inclusão de al-Assad em um futuro processo político (LUNDGREEN, 2016; ZIADEH, 2017).

O Processo de Genebra, como ficaram conhecidas as reuniões subsidiadas pela ONU, tem como ponto fulcral o Comunicado de Genebra, um conjunto de diretrizes, formulado por um grupo de trabalho² ainda em 2012, para um processo de paz pautado no compartilhamento de poder entre as partes do conflito e no estabelecimento de um governo de transição. O mesmo foi a base para todos os planos de ação da ONU e para a implementação das resoluções 2254 e 2268 do CSNU (LUDGREEN, 2016). A primeira, de dezembro de 2015, previa, além de um cessar-fogo, a instauração de uma governança “credível, inclusiva e não sectária” em um prazo de seis meses, bem como a elaboração de uma nova constituição e a realização de eleições livres dentro de dezoito meses (CSNU, 2015). A segunda, de fevereiro de 2016, endossou a adoção total e imediata da resolução 2254 para efetivar a transição política na Síria (CSNU, 2016).

Apesar dos esforços conduzidos pela organização, o Processo de Genebra não obteve um desfecho positivo devido à agenda conflitante entre as potências externas envolvidas no conflito, à relutância de al-Assad e das forças anti-regime em concordar com uma solução mutuamente aceitável e à não inclusão de importantes atores regionais, como o Irã (PRIYA, 2017). Após Genebra III, as negociações no âmbito das Nações Unidas ficaram paralisadas por mais de um ano, sendo apenas retomadas a partir de uma iniciativa de mediação alternativa, entabulada pela Rússia. Essa começou a se inclinar, ainda em 2016, a uma maior aproximação regional com a Turquia, aproveitando o menor engajamento da administração Obama na Síria em seus últimos meses de mandato (AL JAZEERA CENTRE FOR STUDIES, 2017).

Moscou se beneficiou, em particular, da mudança de posição turca, como resultado das crescentes dúvidas em relação ao apoio dos Estados Unidos às forças curdas no norte da Síria,

² Estados Unidos e Rússia são os principais participantes dessas conversações, mas a Liga Árabe, a China, a União Europeia, a França, o Iraque, o Kuwait, o Catar, a Turquia e o Reino Unido também participam (PRIYA, 2017).

particularmente às Unidades de Proteção Popular (YPG), pertencentes ao Partido Democrático Curdo (PYD) – o ramo sírio do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que Ancara classifica como grupo terrorista e ameaça à segurança nacional. Ao mesmo tempo, a Turquia redefiniu seus interesses na Síria e suas relações com forças regionais e internacionais, à luz da tentativa fracassada de golpe no país, em julho de 2016 (Idem, 2017). A reconciliação russo-turca permitiu a emergência de um processo de pacificação relativamente menos ambicioso do que o de Genebra, visando o fim das hostilidades ao invés da transição política imediata.

Em dezembro de 2016, após a vitória do regime sírio sobre a oposição em Daraya e Aleppo, um novo cessar-fogo foi alcançado através da coordenação entre Rússia, Turquia e Irã (ZIADEH, 2017). A partir de janeiro de 2017, os três realizaram uma série de conversações em Astana, capital do Cazaquistão³, para consolidar a trégua, lutar contra os grupos salafi-jihadistas no país e iniciar o diálogo de paz. Essas reuniões simbolizaram uma mudança geopolítica: enquanto as discussões em Genebra eram encabeçadas pelos Estados Unidos e pelas potências ocidentais, priorizando a destituição de al-Assad; as negociações de Astana são lideradas pela Rússia e têm a Turquia e o Irã como garantidores, estando focadas em questões humanitárias e na obtenção de um cessar-fogo estável (PRIYA, 2017).

O Processo de Astana, como ficou conhecida a iniciativa, foi bem-sucedido em reunir, na mesma mesa de negociações, representantes do regime e da oposição. A ênfase no combate ao Daesh e ao Jabhat Fateh al-Sham⁴ garantiu a participação dos grupos de oposição sírios, que não queriam ser vistos como alinhados aos grupos extremistas. A participação do governo sírio, por sua vez, foi assegurada pela exclusão da deposição imediata de al-Assad como condição para negociação, mudando as regras de Genebra. De fato, Moscou apresentou um esboço da nova constituição síria que propunha transferir parte dos poderes do presidente ao parlamento, para somente então realizar eleições presidenciais, que permitiriam ao povo sírio decidir o destino de al-Assad (AL JAZEERA CENTER FOR STUDIES, 2017).

O Diálogo de Astana produziu um grupo de monitoramento trilateral, envolvendo a Rússia, a Turquia e o Irã, além de um mecanismo de troca de prisioneiros, entrega de corpos e identificação de desaparecidos. Seu maior progresso foi, contudo, o estabelecimento de zonas de desescalada na Síria. A implementação dessas áreas seguras tinha como fim a cessação das hostilidades entre rebeldes e forças pró-Assad, incluindo ataques aéreos; a desobstrução do

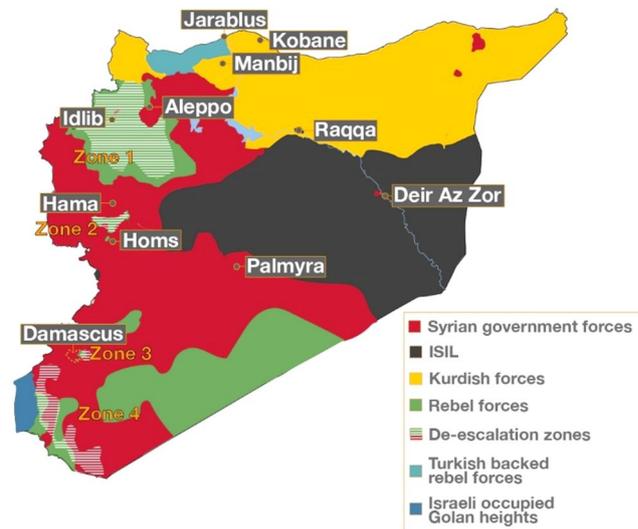
³ Embora não tenha participação direta no conflito, o Cazaquistão desfruta da confiança do regime de al-Assad, assim como das forças de oposição, além de estar próximo à Rússia (PRYIA, 2017).

⁴ Grupo salafi-jihadista que possuía laços com a al-Qaeda e que forma a espinha dorsal da aliança Hayat Tahrir al-Sham, organização terrorista que também tem a pretensão de instituir um califado na Síria (AL JAZEERA, 2017).

acesso rápido à ajuda humanitária; a restauração da infraestrutura básica, a começar pelas redes de abastecimento de água e de distribuição de eletricidade; e o retorno seguro e voluntário dos refugiados e deslocados internos (AL JAZEERA, 2017; PRIYA, 2017; RÚSSIA, 2017).

Quatro zonas de desescalada foram estabelecidas na Síria, de acordo com o mapa acordado por um grupo de trabalho conjunto. A primeira abrange a província de Idlib, bem como áreas do nordeste de Latakia, áreas ocidentais de Aleppo e áreas do norte de Hama. A segunda engloba o enclave de Rastan e Talbiseh, na província de Homs; enquanto a terceira compreende Ghouta Oriental, na zona rural de Damasco. A quarta zona, por fim, é constituída pelas áreas do sul do país, ao longo da fronteira com a Jordânia, que incluem partes de Deraa e Quneitra (AL JAZEERA, 2017; TALUKDAR; ANAS, 2018).

Figura 1 – Áreas de desescalada na Síria



Fonte: Institute for the Study of War, julho de 2017.

Foi também no âmbito do Processo de Astana que se realizou, em Sochi, em janeiro de 2018, o Congresso Nacional de Diálogo da Síria, visando expandir o leque de participação da sociedade civil síria – envolvendo grupos tribais, religiosos e étnicos, incluindo os curdos – na formulação da nova constituição síria. Outrossim, as negociações de Astana ajudaram a reviver as conversações de Genebra, obtendo apoio dos Estados Unidos e da ONU e evitando confronto ou duplicação do processo de pacificação (PRIYA, 2017). Na prática, porém, o Processo de Genebra foi rapidamente ofuscado pelo êxito do Processo de Astana, que teve como resultados tangíveis a redução da violência e o funcionamento das zonas de desescalada, que refrearam o fluxo de refugiados e deslocados internos.

Apesar das divergências entre Rússia e Turquia sobre o caminho político a se seguir na Síria – com a primeira apoiando um sistema federal e não descartando a possibilidade de uma região curda autônoma, algo inaceitável para a última (TRT WORLD, 2018) –, o casamento de conveniência serve aos interesses de ambas. A decisão da Turquia de trabalhar mais de perto com a Rússia foi uma resposta – frente à negligência dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN – a uma ameaça nacional que emana da Síria e do Iraque: os curdos (DURAN, 2018). Embora Moscou considere o YPG um ator legítimo nas negociações de paz, ao contrário de

Washington, não arma o grupo e permitiu o avanço das forças militares turcas na operação que, em março deste ano, conquistou o bastião curdo de Afrin⁵ (TRT WORLD, 2018).

A Rússia, por sua vez, tenta consolidar os ganhos estratégicos obtidos com o regime al-Assad, mantendo sua posição no Mediterrâneo e expandindo suas instalações militares no Oriente Médio⁶, onde recuperou grande parte da influência política perdida para os Estados Unidos no final da década de 1970. Nesse sentido, levou a Turquia ao processo diplomático para limitar a liberdade de ação do Irã e de al-Assad – o qual Moscou já deu sinais de que não deseja sustentar indefinidamente –, garantindo que o Kremlin tenha a palavra final em qualquer solução política para o conflito (FRIEDMAN, 2017). Além de fortalecer sua posição regional, a influência na Síria confere à Rússia maior poder de barganha internacional, servindo de instrumento de mitigação das restrições que o Ocidente tem imposto à mesma – após a anexação da Crimeia e, mais recentemente, diante da crise diplomática com o Reino Unido.

Na esteira da promessa dos Estados Unidos de saírem da Síria em breve, não resta dúvida de que os países ocidentais temem que seus interesses na região sejam marginalizados (DURAN, 2018). Nesse sentido, a cooperação russo-turca em Astana não só mudou os rumos da Guerra da Síria, como têm definido as relações de poder no Oriente Médio. Essa sinergia fez o processo de pacificação liderado pela Rússia avançar, em pouco mais de um ano, o que a ONU não conseguiu progredir em seis. Essa não se restringe, todavia, ao campo da segurança, estendendo-se, também, às esferas da energia fóssil e nuclear, temas a serem abordados pelas autoras, como supracitado, em edições futuras deste boletim.

⁵ Para mais informações a respeito da conquista de Afrin pelos turcos, vide Almeida (2018).

⁶ Recentemente, a Rússia e a Síria prolongaram o contrato de arrendamento das bases militares de Tartus e da Base Área de Khmeimim até 2092 (TALUKDAR; ANAS, 2018).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AL JAZEERA CENTRE FOR STUDIES. **Between Astana and Geneva: The Outlook of Conflicting Agendas in the Syrian Crisis**, 2017. Disponível em: <http://studies.aljazeera.net/mritems/Documents/2017/3/1/6fba8f853ff74a6fb9e95515b6186367_100.pdf>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

ALMEIDA, Lucas. A Ofensiva Turca em Afrin. In: VALENTE, Leonardo; FERREIRA, Letícia; FERREIRA, Lais; COLBERT, Caroline; ARANTES, Dayanne; SOUZA, Davidson; CASTRO, Rafael; ALMEIDA, Lucas; MONTEIRO, Giovanna. **Boletim LEA-UFRJ - Ano 2, Nº 2, Março de 2018**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos Asiáticos, 2018. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/b7b82b_24d3d15619564d0f8c943a5b21bbf055.pdf>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

BARRINHA, André. Relações Rússia-Turquia: da rivalidade à parceria estratégica. In: DAEHNHARDT, Patrícia; FREIRE, Maria Raquel (Org.). **A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/41618/1/Rela%C3%A7%C3%B5es%20R%C3%BAssia%E2%80%91Turquia.pdf>>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Resolução 2254 (2015)**. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/2254\(2015\)](https://undocs.org/S/RES/2254(2015))>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

_____. **Resolução 2268 (2016)**. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/2268\(2016\)](https://undocs.org/S/RES/2268(2016))>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

DURAN, Burhanettin. West responsible for Turkey's partnership with Russia, Iran in Syria. **Daily Sabah**, 2018. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/columns/duran-burhanettin/2018/04/09/west-responsible-for-turkeys-partnership-with-russia-iran-in-syria>>. Último acesso em: 25 de maio de 2018.

FRIEDMAN, Brandon. Russia, Turkey, and Iran: Cooperation and Competition in Syria. **Tel Aviv Notes**, v. 11, n. 2, 2017. p. 1-8. Israel: Tel Aviv University, The Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies. Disponível em: <<https://dayan.org/content/russia-turkey-and-iran-cooperation-and-competition-syria>>. Último acesso em: 25 de maio de 2018.

ISHCHENKO, Rostislav. Um avanço no sul: como a Rússia se consolidou na Turquia. **PIA HOBOCTИ**, 2017. Disponível em: <<https://ria.ru/analytics/20170819/1500651089.html>>. Último acesso em: 23 de maio de 2018.

Leaders of Astana trio meet in Ankara for Syria talks. **TRT World**, 2018. Disponível em: <<https://www.trtworld.com/mea/leaders-of-astana-trio-meet-in-ankara-for-syria-talks-16408>>. Último acesso em: 25 de maio de 2018.

LUNDGREN, Magnus. Mediation in Syria: Initiatives, Strategies, and Obstacles, 2011-2016. **Contemporary Security Policy**, v. 37, n. 2, 2016, p. 273-288. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523260.2016.1192377>>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

PAUTASSO, Diego. A Rússia, as relações com a Turquia e os efeitos sobre o conflito na Síria. **Revista Mundorama**, 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?article=a-russia-as-relacoes-com-a-turquia-e-os-efeitos-sobre-o-conflito-na-siria-por-diego-pautasso>>. Último acesso em: 23 de maio de 2018.

PRIYA, Lakshmi. **Astana Talks: A Prelude to Peace in Syria**. Institute for Defense Studies and Analyses, 2017. Disponível em: <https://idsa.in/backgrounders/astana-talks-a-prelude-to-peace-in-syria_lpriya_271117>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

RÚSSIA. Ministério das Relações Exteriores. **Memorandum on the creation of de-escalation areas in the Syrian Arab Republic**, 2017. Disponível em: <http://www.mid.ru/en/foreign_policy/news/-/asset_publisher/cKNonkJE02Bw/content/id/2746041>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

Syria's 'de-escalation zones' explained. **Al Jazeera**, 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/05/syria-de-escalation-zones-explained-170506050208636.html>>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

TALUKDAR, Indrani; ANAS, Omair. **The Astana Process and the Future of Peaceful Settlement of the Syrian Crisis: A Status Note**. Nova Deli: Indian Council of World Affairs, 2018. Disponível em: <<https://icwa.in/pdfs/IB/2014/TheAstanaProcessIB05032018.pdf>>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

VASCONCELLOS, Patrícia Fernandes. **Da Crimeia aos Balcãs: A Projeção de Poder Russa e a Questão Étnico-Cultural**. Dissertação. Mestrado em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2016. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/mestrado/2016/patr%C3%ADcia_fernandes_vasconcellos_acfeb.pdf>. Último acesso em: 22 de maio de 2018.

ZIADEH, Radwan. **Syria Peace Talks in Geneva: A Road to Nowhere**. Arab Center Washington DC, 2017. Disponível em: <http://arabcenterdc.org/policy_analyses/syria-peace-talks-in-geneva-a-road-to-nowhere/>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

DISPUTA DE PODER NO ORIENTE MÉDIO: O ACORDO NUCLEAR COM O IRÃ

*Davidson Costa Souza**Lucas Almeida de Brito*

O presente texto faz parte de uma série de três, que buscam analisar pontos em comum em conflitos entre grandes potências no Oriente Médio, no ano de 2018. Os temas tratados serão respectivamente: o acordo nuclear com o Irã; o ataque químico em Salisbury; e o bombardeio promovido pela coalizão anti-Assad na Síria. Alguns aspectos que ligam os assuntos se mostrarão pertinentes nas análises, como os efeitos da política externa de “Fúria e Fogo” por parte dos Estados Unidos, a deterioração das relações diplomáticas entre Moscou e Washington, um acirramento no embate xiismo *versus* sunismo, a crescente tensão no Oriente Médio e o fortalecimento do discurso ocidental de combate às armas químicas e nucleares.

O conflito entre EUA e Irã sobre a questão nuclear tem novo culminar com a saída do acordo nuclear com o Irã por parte do primeiro. O presidente Donald Trump decidiu anunciar, no dia 8 de maio, que os Estados Unidos não farão mais parte do acordo e, em seguida, assinou uma ordem presidencial que visa impor novas sanções econômicas ao referido país (PIMENTEL, 2018). Tudo isso teve início com o programa “Átomos para a Paz”, criado por Washington na década de 1950. O programa, que abrangia o Irã, foi criado visando espalhar a tecnologia nuclear aos aliados estadunidenses, mas o cenário mudou após a Revolução Islâmica ocorrida no Irã em 1979 (ESTADÃO, 2018). A partir desse momento, o país se converteu em uma teocracia que não convergia mais com os interesses norte-americanos. Com a mudança do então aliado para um inimigo na disputa de poder internacional, os Estados Unidos pararam de financiar o programa, que foi considerado inativo até 1995 (ALVES; FELISBERTI, 2016).

Com o apoio da Rússia, o programa nuclear volta a crescer, mas é considerado pelo Irã como um programa com fins pacíficos e sem propósitos belicistas. O Irã faz parte dos países signatários do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que está em vigor desde 1970. Esse prevê que somente os países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) podem possuir armas nucleares. Em 2003, um relatório da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) apontou que o Irã não cumpria com os termos do TNP e isso gerou sanções econômicas aprovadas pelo CSNU. O Irã se compromete a rever alguns pontos do seu programa nuclear e as negociações com o chamado Grupo de Viena (composto por Estados Unidos, França, Rússia e AIEA) retornam em 2009, em Genebra. Contudo, os termos propostos não agradavam o Irã e o país não se dispôs a firmar o acordo (ROCHA; PEREIRA, 2014).

Em maio do ano seguinte, Brasil e Turquia assumem posição de destaque nas negociações diplomáticas sobre o referido assunto. Os países conseguem fechar um acordo com o Irã em 2010, praticamente com os mesmos termos que foram rejeitados no ano anterior. Contudo, no mês seguinte, o grupo do P5+1 (os cinco países membros permanentes do CSNU somados à Alemanha), impõe outra sanção econômica ao Irã, o que impede que o acordo tenha caráter efetivo (IDEM, 2014). O ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, disse, à época, que as potências nucleares ignoraram o acordo e buscavam uma prova negativa – isto é, evidências de que o programa nuclear tinha propósitos beligerantes –, algo que, segundo o ministro, era inadequado (PEIXOTO, 2010). Já em 2013, toma posse o novo presidente do Irã, Hassan Rouhani, que defende uma aproximação com os países ocidentais e a retomada do diálogo sobre a questão nuclear, diferente de seu antecessor, Mahmoud Ahmadinejad, que era mais incisivo em seu discurso pró-nuclear e cuja imagem detinha uma carga negativa entre as grandes mídias e líderes ocidentais.

Assim sendo, é firmado, em 2015, o Plano de Ação Compreensiva Conjunta (*Joint Comprehensive Plan of Action*, JCPOA) (ALVES; FELISBERTI, 2016). Esse ficou conhecido como o acordo nuclear com o Irã e consistia em garantir que o país utilizaria energia nuclear somente para fins pacíficos. Teerã aceitou a redução do seu nível de urânio enriquecido e armazenado, além da diminuição de centrífugas que operavam com esse fim. Também foi estabelecido no acordo que inspeções regulares seriam feitas pela AIEA nas instalações nucleares iranianas. Em contrapartida, o Irã seria aliviado das sanções econômicas que haviam sido implementadas (ROCHA; PEREIRA, 2014). As inspeções começaram em 2015 e já no ano seguinte, em 2016, as sanções passaram a ser retiradas, permitindo que quantias significativas de divisas externas que haviam sido bloqueadas no exterior pudessem ser recuperadas pelo país (ALVES; FELISBERTI, 2016).

A vigência de quinze anos é um dos pontos mais mencionados pelo presidente Donald Trump, que diversas vezes chamou o acordo de “o pior acordo já feito”. Já na sua campanha presidencial, o atual presidente dos EUA deixava claro que uma das primeiras medidas que tomaria seria a denúncia do acordo nuclear com o Irã. Ele argumenta que após o fim do prazo o Irã poderia se armar novamente, e que o Irã é o maior financiador de armas para terroristas no Oriente Médio (ESTADÃO, 2018). Essa abordagem de política externa do presidente Trump ficou conhecida como “Fúria e Fogo”⁷, que pode ser vista como uma tentativa de reafirmação

⁷ Termo oriundo de trocas de declarações de cunho belicista que ocorreram, no início de 2018, entre o presidente estadunidense, Donald Trump, e o presidente norte-coreano, Kim Jong-un (G1, 2017). Esse passou a conceituar o nacionalismo econômico e o posicionamento político internacional de Trump, através da política externa da Casa

do poder norte americano frente aos desafios internacionais, onde o país não deixa de consolidar sua posição enquanto potência hegemônica perante Estados ou grupos que possam significar ameaças. A saída do acordo nuclear com o Irã recebeu o apoio de Israel, que busca fundamentar a postura estadunidense.

Um mês antes da retirada dos EUA do acordo, o primeiro ministro de Israel, naquilo que poderia ter sido um cenário de um programa de auditório, fazia uma apresentação sobre os segredos de Estado do Irã a respeito de seu programa nuclear, em um comunicado oficial do governo televisionado. Esse contou com um grande aparelho de televisão exibindo imagens de uma apresentação de *power point* – com letras garrafais e imagens duvidosas, passado em cima de um palco – e com diversos grandes objetos no palco sendo cobertos por forros pretos, que escondiam algo a ser revelado aos telespectadores, presumidamente em tensão até o momento de sua revelação. O “apresentador do programa” era o próprio Benjamin Netanyahu. O primeiro ministro israelense disse ter mais de 100 mil documentos que comprovam que o Irã havia mentido e escondido arquivos secretos sobre seu programa nuclear (BBC NEWS, 2018).

O programa foi, curiosamente, todo exibido em inglês e, ainda que fosse lógico pressupor que o público alvo era a população de Israel – já que se tratava de um comunicado televisivo do próprio governo – o mesmo foi direcionado à comunidade externa. A apresentação foi dirigida, mais especificamente, a Trump (PRUSHER, 2018), sendo transmitida, em 30 de abril, com o objetivo de encorajar ainda mais o presidente norte-americano a não assinar a renovação do tratado com o Irã, o que deveria ser feito até 12 de maio. Os objetos acobertados por forros pretos eram arquivos (fichários enormes e CDs) que, segundo Netanyahu, continham todas as evidências de que o programa nuclear iraniano possuía fins não pacíficos, apesar das diversas visitas realizadas pela AIEA (BERGMAN, SANGER, HALBFINGER, 2018).

Para o Irã, seu desenvolvimento nuclear, considerado belicoso, fora trocado por um reconhecimento, por Washington, de sua influência na região. Desde a revolução de 1979, o principal objetivo de todos os governos que passaram pelo Irã foi o de proteger o regime das pressões estadunidenses, através de elementos e mecanismos de dissuasão. A estratégia mais eficiente, no caso iraniano, seriam as armas que possuem alcance e força belicosa o suficiente para acertar um dos muitos aliados estadunidenses espalhados pelo globo (KABALAN, 2018). Vale ressaltar que a posição geográfica do Irã é muito privilegiada, onde uma arma de médio

Branca durante sua administração. Vale citar outros episódios representativos dessa política: a interrupção do degelo das relações com Cuba, a pressão sobre a Europa para uma maior participação no financiamento da OTAN, a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris e o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel.

alcance já seria capaz de atingir o continente europeu (ESTADÃO, 2009). Assim sendo, não é de se espantar a reação fervorosa e a denúncia em forma de espetáculo realizada por Israel.

Um aspecto final, quanto à correlação de forças no Oriente Médio, diz respeito às recentes trocas de hostilidades entre Israel e Irã na Síria. O Irã possui uma força militar considerável nessa região e possui como estratégia, desde sua revolução, a doutrina militar de levar suas tropas e efetivos a atuarem fora do país, como é o caso recente da Síria; evitando, assim, uma invasão indesejada ao seu território e deixando sua máquina de guerra funcionando como mais um elemento de dissuasão (CHAN, 2018; CHARLEAUX, 2018). Na noite de 10 de maio, Israel lançou uma quantidade expressiva de bombas sobre armazéns, bases e centros de inteligência iranianos na região. O ataque teve como motivação o lançamento de foguetes pelo exército iraniano contra alvos israelenses nas Colinas de Golã (área de litígio entre Israel e Síria e atualmente ocupada por Israel). Enquanto o ataque de Israel matou cerca de 70 (de acordo com o governo russo) a 60 (de acordo com o governo israelense) militares iranianos, os mísseis do Irã não atingiram seus alvos ou foram destruídos em pleno ar (Idem, 2018). É difícil dizer que a recente escalada de tensões não traz consigo as rugas geradas pela polêmica do acordo.

Outro parceiro na região que influenciou os Estados Unidos foi a Arábia Saudita. O príncipe saudita Mohammed bin Salman sempre fora contra o acordo e fez lobby, através de sua influência, junto ao Conselheiro sênior da Casa Branca e cunhado de Trump, Jared Kushner. O acordo, na visão dos dois aliados, acomodou a posição de Washington sobre a influência iraniana na região. O Irã agiu mais livremente, em razão do enfraquecimento do Iraque e do Afeganistão devido às incursões estadunidenses nesses, e conseguiu influenciar a guerra na Síria e no Iêmen (BEAUCHAMP, 2018). A Arábia Saudita e o Irã se encontram em uma disputa de forças no Oriente Médio e buscam fazer prevalecer a sua divisão da comunidade muçulmana. A prevalência de um dos países em alguma região ou matéria pode significar um avanço do xiismo ou do sunismo, que se enfrentam há muito tempo (ROCHA; PEREIRA, 2014).

Como o presidente Trump fazia promessas de sair do acordo desde sua campanha, o mesmo se rodeou de membros do seu gabinete com opiniões similares. É o caso do Secretário de Estado e do Assessor de Segurança Nacional, Mike Pompeo e John Bolton, em oposição a Rex Tillerson e H. R. McMaster, que eram mais moderados em relação ao Irã e foram ambos demitidos (THE GUARDIAN, 2018). No entanto, a Alemanha, a França e o Reino Unido foram fervorosamente contra a saída dos Estados Unidos do acordo. Esses não compactuam com essa ação precipitada, que vem de um discurso construído em cima do combate à proliferação nuclear como forma de impulsionar o afastamento da atuação russa e iraniana na região. A

Europa perde em termos econômicos, por ter companhias investindo na região que serão afetadas pelas sanções que Washington começará a impor a todos os bancos e companhias que possuem negócios no país (Idem, 2018); além de ter se fechado uma janela de oportunidade de redução da dependência energética em relação à Rússia através do abundante petróleo iraniano.

O acordo de 2015 foi alcançado através de alguns anos de negociação e muitas tentativas frustradas anteriores, e todo esse cenário está sendo alterado com a saída unilateral dos EUA por meio do presidente Donald Trump. Enquanto isso, os países europeus tentam de tudo para manter o Irã no acordo, mesmo com sanções aplicadas por Washington. O interesse do Irã é ser reconhecido como uma potência influenciadora na região e o acordo simbolizava isso. Agora, já não restam garantias de que os Estados Unidos não agirão de encontro ao governo iraniano; e, assim, a posse de armas nucleares seria um dos únicos mecanismos para manter o país livre de invasões ou golpes de Estado orquestrados por potências estrangeiras (KABALAN, 2018).

Ademais, é possível verificar que a saída do acordo nuclear do Irã pelos Estados Unidos pode minar os avanços nas negociações diplomáticas sobre a questão nuclear com a Coreia do Norte, tema que tinha tido avanços significativos nos últimos meses. É difícil presumir que Kim Jon-un vai se comprometer a firmar um acordo com os norte-americanos, que acabam de sair de um acordo nuclear que havia sido estabelecido somente três anos antes. A denúncia do acordo mostra, ainda, uma inconsistência na abordagem da política externa estadunidense, uma vez que, conforme a administração Obama deu lugar à administração Trump, a compreensão sobre o tema mudou totalmente. A percepção de que esperar por volta de 15 anos para lidar com a questão era a melhor postura se transformou na opção pela saída imediata e unilateral do acordo nuclear com o Irã – ao invés de impedir o avanço nuclear no longo prazo.

Além disso, a denúncia do acordo pode gerar uma corrida armamentista no Oriente Médio e um acirramento do conflito sírio. Se o Irã decidir investir na produção de armas nucleares não seria difícil verificar que outros Estados procurariam fazer o mesmo para resguardar suas fronteiras e zonas de influência, mantendo seu poder relativo na região e sua colocação no sistema. Em suma, os resultados da saída dos EUA do acordo nuclear com o Irã irão promover uma diversidade de reações por parte de atores envolvidos em outros conflitos. Nesse sentido, o tensionamento das relações diplomáticas entre Washington e Teerã mostra diversos pontos em comum no jogo de poder das temáticas que serão tratadas pelos autores nos próximos boletins. Nosso próximo objeto de análise será a crise diplomática entre o Ocidente e a Rússia, desencadeada por um ataque químico na Inglaterra que gerou um novo tensionamento nas relações com o gigante euroasiático.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES, João Paulo; FELISBERTI, Marina. A reinserção Global da Economia do Irã Após o Acordo Nuclear. Porto Alegre: **Boletim de Conjuntura NERINT**, v. 1, n. 1, julho 2016, p. 1-95. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/07/Boletim-v1n1-reinsercaoekonomiaira.pdf>>. Último acesso em: 18 de maio de 2018.

BEAUCHAMP, Zack. 2 winners and 5 losers from Trump's Iran deal withdrawal. **Vox**, 2018. Disponível em: <<https://www.vox.com/world/2018/5/8/17329052/iran-nuclear-deal-trump-winners-losers>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

BERGMAN, Ronen; HALBFINGER, David M.; SANGER, David E. Israel Says Secret Files Detail Iran's Nuclear Subterfuge. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/04/30/world/middleeast/israel-iran-nuclear-netanyahu.html>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

Conheça os números do poderio militar do Irã. **Estadão**, 2009. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/oriente-medio,conheca-os-numeros-do-poderio-militar-do-ira,374189>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

CHAN, Sewell. Why Iran and Israel Are Clashing in Syria. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/05/10/world/middleeast/israel-iran-syria-explainer.html>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. Como Israel e Irã se enfrentam na guerra da Síria. **Nexo Jornal**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/10/Como-Israel-e-Ir%C3%A3-se-enfrentam-na-guerra-da-S%C3%ADria>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

KABALAN, Marwan. Why Iran itself is likely to exit the nuclear deal. **Al Jazeera**, 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/iran-exit-nuclear-deal-180516151315787.html>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

Israel's Iran documents show nuclear deal 'was built on lies'. **BBC News**, 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-43958205>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

O que é o acordo nuclear com o Irã e por que ele é criticado? **Estadão**, 2018. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,o-que-e-o-acordo-nuclear-com-o-ira-e-por-que-ele-e-criticado,70002299880>>. Último acesso em 20 de maio de 2018.

PEIXOTO, Fabrícia. Para Amorim é 'impossível' para Irã atender a exigências. **BBC Brasil**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/04/100416_amorim_iran_rc>. Último acesso em 19 de maio de 2018.

PIMENTEL, Matheus. O acordo nuclear entre EUA e Irã: antes, durante e depois. **Nexo Jornal**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/08/O-acordo-nuclear-entre-EUA-e-Ir%C3%A3-antes-durante-e-depois>>. Último acesso em 19 de maio de 2018.

ROCHA, Antonio Jorge Ramalho; PEREIRA, Pérola Mourão de Souza Sardo de Abreu. Iran Talks: das Palavras aos Atos. A Declaração de Teerã e o Plano de Ação Conjunto de Genebra em Perspectiva. Rio de Janeiro: **Revista Contexto Internacional**, vol. 36, nº 2, julho/dezembro 2014, p. 665-682. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=668&sid=119>>. Último acesso em: 18 de maio de 2018.

The Guardian view on Iran's nuclear deal: Trump creates a narrative for war. **The Guardian**, 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/may/09/the-guardian-view-on-irans-nuclear-deal-trump-creates-a-narrative-for-war>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

Trump promete “fogo e fúria” à Coreia do Norte caso ameaças continuem. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-promete-fogo-e-furia-a-coreia-do-norte-caso-ameacas-continuem.ghtml>>. Último acesso em 20 de maio de 2018.

ENTRE A DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES EUA-PAQUISTÃO E A EMERGÊNCIA DE NOVAS ALIANÇAS NO CONTINENTE ASIÁTICO

Dimitria H. de Mello Assis Nunes

Em janeiro de 2018, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a suspensão da assistência de segurança ao Paquistão, que inclui o “financiamento de apoio à coalizão” e o programa de financiamento militar estrangeiro, responsáveis, respectivamente, por reembolsar o país acerca das operações de combate ao terrorismo e pelas compras de hardware, serviços e treinamento militar estadunidense. A decisão afeta cerca de US\$ 1,3 bilhão em ajuda anual e é decorrente das acusações, negadas pelo Paquistão, de que o país não estaria combatendo efetivamente o Talibã e a Rede Haqqani no Afeganistão, mas financiando e apoiando esses grupos terroristas através do *Inter-Services Intelligence* (ISI), principal serviço de inteligência do país (OLSON, 2018). O que se delineia a partir de então é a aproximação paquistanesa com outros atores regionais, como China e Rússia, e a proposição de novas abordagens para lidar com o terrorismo, o que podem secundarizar o papel dos EUA na região.

A aliança EUA-Paquistão remete ao início da Guerra Fria, período posterior à Partição da Índia, que originou o Paquistão em 1947. Desde a fundação do Estado paquistanês, a Índia é vista como inimiga imediata do país, e esse, por sua vez, teme uma invasão através das planícies ao leste de seu território, com relativo fácil acesso indiano (OLSON, 2018). Disso decorre a necessidade do Paquistão de buscar cooperação militar com outras potências a fim de contrabalançar a projeção indiana. À luz do período da Guerra Fria, no qual a inserção indiana no mundo bipolar se dava mais pró-bloco soviético, a aproximação EUA-Paquistão foi estabelecida naturalmente (FRIEDMAN, 2018).

Em 1980, a União Soviética invadiu o Afeganistão, o qual estava imerso em uma guerra civil travada entre o governo socialista da República Democrática do Afeganistão, apoiado pela URSS, e grupos guerrilheiros *mujahidin* (que se traduz do árabe como “combatente” ou “alguém que se empenha na luta, na *jihad*”). A presença soviética próxima à fronteira paquistanesa foi vista pelos Estados Unidos como uma ameaça, por considerarem a possibilidade de construção de uma base soviética no Afeganistão para seu deslocamento no Golfo Pérsico. Já o Paquistão considerava o país vizinho área vital para sua sobrevivência, por ser um espaço de recuo caso o país fosse invadido pelos indianos, com um Afeganistão islâmico convergindo com seus interesses. Dessa forma, os EUA, com o apoio do Paquistão e da Arábia Saudita, armaram forças jihadistas para travarem guerra em seu nome, através da Operação Ciclone. Os sauditas ficaram encarregados de recrutar os combatentes *mujahidin*, os quais

seriam treinados no Paquistão e controlados pela Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency*, CIA) e pelo Serviço de Inteligência paquistanês (*Inter-Services Intelligence*, ISI), estabelecendo uma política de segurança substanciada na utilização massiva da guerra irregular⁸ (Idem, 2018).

Dentre esses combatentes, estavam Jalaluddin Haqqani, Mullah Mohammed Omar e Osama bin Laden, que fundaram, respectivamente, a Rede Haqqani, na década de 1980, o Talibã, em 1994, e Al-Qaeda, em 1988. Com o fim da batalha contra a URSS, o jihadismo foi institucionalizado no Afeganistão, a partir da instauração do regime Talibã no país em 1996, fundando o Emirado Islâmico do Afeganistão. Esse regime ascendeu ao poder após um período de lutas internas e guerras civis que procederam à retirada das tropas soviéticas no país, em 1992, e se manteve no governo até 2001. O movimento fundamentalista religioso e nacionalista desenvolveu-se predominantemente entre membros da etnia *pachtun*, que viviam no leste e sul do Afeganistão e no Paquistão, e defendia o fim do constante estado de guerra interno e a imposição da lei islâmica no país. Em 1995, Jalaluddin Haqqani, da etnia *pachtun* da província de Paktia no Afeganistão, aliou-se ao Talibã e foi nomeado ministro de Assuntos Tribais e Fronteiriços quando o regime assumiu o poder. Desde então, a Rede Haqqani se constitui como uma aliada independente, localizada principalmente no sudeste afegão (DRESSLER, 2010).

A participação dos EUA na promoção da guerra irregular no Afeganistão e na contribuição indireta com o terrorismo contemporâneo é justificada por Zbigniew K. Brzezinski, cientista político e conselheiro de segurança nacional de Jimmy Carter, pela importância prioritária concedida à política de contenção da URSS, a qual, segundo ele, teria sido um sucesso. O apoio discreto estadunidense ao regime Talibã cessou apenas em 1997, quando os planos da empresa petroleira Union Oil Company of California de construir um gasoduto entre o Turcomenistão e o Paquistão, atravessando o Afeganistão, foram frustrados pelo regime. No mesmo ano, os EUA passaram a condená-lo por seu desrespeito aos direitos humanos e o apoio a organização terroristas (NEVES, 2014).

Já para o Paquistão, a participação na formação dos *mujahidîn* significou a legitimação do governo do general Zia ul-Haq, que, para atingir as metas de islamização interna⁹, concedeu amplos poderes e liberdades às organizações mais conservadoras, defensoras de uma ideia

⁸ A guerra irregular se caracteriza pelo embate entre forças regulares de um Estado, como o Exército ou os contingentes policiais, e irregulares (internas ou externas), como guerrilhas ou combatentes descaracterizados (NEVES, 2014).

⁹ No Paquistão, instituiu-se uma “islamização por cima”, com o beneplácito dos EUA. Esta associou “a burguesia religiosa e os intelectuais islâmicos a um sistema em que as elites governantes, representadas pelos militares, permaneciam no poder, e as massas eram dissuadidas de empreender qualquer tipo de revolta em nome de Alá” (KEPEL, 2003, p.153-154).

particular de *jihad*. Nessa versão, *jihad* era concebida como ações violentas contrárias a todos os não muçulmanos ou até a muçulmanos considerados hereges. Assim, o governo autonomizou o ISI para exportar esse jihadismo instrumental nas guerras irregulares, o que o transformou em uma *superagência*, com poder político “público/privado” e promotor do jihadismo/terrorismo nos países da região (Idem, 2014).

A partir da dissolução da União Soviética, em 1991, os Estados Unidos redirecionaram seus interesses no Oriente Médio para o Irã e o Iraque e suspenderam o financiamento aos *mujahidin*. No entanto, o estreitamento das relações étnicas, religiosas e militares entre Paquistão e Afeganistão, estabelecidos no período da Guerra Fria, impossibilitaram um afastamento paquistanês aos moldes daquele realizado pelos EUA (FRIEDMAN, 2018). Os holofotes estadunidenses só voltariam à região após os ataques de 11 de setembro de 2001, orquestrados pela Al-Qaeda. No mesmo ano, os EUA invadem o Afeganistão, alegando que o Talibã estava concedendo refúgio a Osama Bin Laden, o então líder e fundador da organização. Iniciou-se, assim, a Guerra do Afeganistão, intitulada pelos EUA na época como *Enduring Freedom* (Liberdade Duradoura), a qual possui prolongações nos dias atuais. Diante desse cenário, a ajuda paquistanesa é requerida pelos estadunidenses, que solicitam ao ISI o compartilhamento de informações sobre Al-Qaeda e Talibã (Idem, 2018).

Nesse aspecto, o governo dos EUA e o Paquistão elaboraram uma estratégia político-econômica de cooperação, tornando esse o principal aliado estadunidense no combate aos talibãs. No entanto, essa aliança e a ingerência dos EUA na região que a seguiu intensificaram as críticas de muitos grupos políticos paquistaneses, que viam a incoerência da nova política externa do país em relação à estabelecida nos anos anteriores. As organizações islamistas, antes base do governo, não aceitaram essa reconfiguração, o que tornou o próprio governo nacional alvo de grupos radicais, desestabilizando o país. Essa situação é intensificada a partir do início da desconfiança dos EUA em relação ao papel do Paquistão na Guerra ao Terror. Durante o governo de George W. Bush houve a inclusão de inúmeros grupos armados na classificação de “talibã”, e, já na administração de Barack Obama, foi sinalizado que o país poderia estar abrigando e financiando grupos terroristas (NEVES, 2014). A progressão desse discurso culminou, no início deste ano, na suspensão por Donald Trump do financiamento ao país, alegando o envolvimento desse com o Talibã e a Rede Haqqani.

Já nos primeiros anos da aliança EUA-Paquistão após os ataques de 2001, a desconfiança estadunidense em relação ao papel do seu parceiro no combate ao terrorismo vinha acompanhada pela ameaça da extensão da guerra ao território paquistanês. Diante disso,

o Paquistão viu a necessidade de buscar outras estratégias de cooperação internacional. É nesse cenário que emergem as alianças do país com a China e com a Rússia (Idem, 2014).

A aproximação sino-paquistanesa também remete ao período da Guerra Fria, quando se deu a ruptura das relações sino-soviéticas no decorrer da década de 1960. O Paquistão, então, tornou-se um aliado regional da República Popular da China, fazendo frente à projeção soviética e indiana. No entanto, é a partir da deterioração da relação EUA-Paquistão que a aproximação sino-paquistanesa se torna mais profícua. No início deste ano, anuncia-se a pretensão chinesa de estabelecer uma base militar próxima ao porto paquistanês de Gwadar, localizado a 50 milhas a leste da fronteira Paquistão-Irã na província do Baluchistão. O porto também foi desenvolvido por investidores chineses como parte do Corredor Econômico China-Paquistão (CECP), avaliado em US\$ 62 bilhões, e que insere o Paquistão no projeto One Belt One Road (OBOR) chinês (SPUTNIK, 2018).

Ademais, após a instauração da Guerra ao Terror, as crescentes críticas às ingerências estadunidenses na região contribuíram para uma redefinição das agendas de segurança domésticas de países como China, Rússia, Índia, Afeganistão e o próprio Paquistão, de modo que as políticas externas desses convergiram para o combate ao terrorismo e institucionalização do mesmo em fóruns regionais (NEVES, 2014).

O estreitamento das relações russo-paquistanesas, por sua vez, se dá vis-à-vis a essa convergência, com o intuito de forjar a entrada do Paquistão em concertos regionais, como a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX)¹⁰ e o Fórum Quadrilateral Afeganistão, Paquistão, Rússia e Tadjiquistão. As potências regionais já indicavam uma preocupação comum e uma predisposição à parceria, com o objetivo de combater as ameaças localizadas. Entretanto, foi com a mobilização dos EUA na região para instituir a Guerra ao Terror que se intensificaram e legitimaram os esforços conjuntos regionais. As diretrizes da OCX se fundamentam em uma forma de ação bem menos intervencionista e na compreensão de que o combate ao terrorismo não é efetivado apenas com a aplicação da força, atrelando a necessidade do desenvolvimento econômico à política securitária (Idem, 2014).

Nesse aspecto, Rússia e Paquistão buscam, atualmente, uma atuação conjunta na estabilização do Afeganistão. De acordo com o governo de ambos os países, fortaleceu-se a presença do Estado Islâmico (ISIS, ou Daesh em árabe) no Afeganistão devido ao deslocamento

¹⁰ A OCX foi fundada em 2001, em Xangai, pelos líderes da China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão. Esses países, com exceção do Uzbequistão, tinham sido membros dos Cinco de Xangai (*Shanghai Five*), fundado em 1996, em decorrência do aumento da interação de organizações uigures sunitas radicais com os talibãs, com grupos islamistas centro-asiáticos e com a rede Al-Qaeda. Em 2015, Paquistão e Índia também foram incorporados à OCX (NEVES, 2014).

de combatentes provenientes do Iraque e da Síria. Diante disso, os governos de Moscou e de Islamabad cogitam a formação de um governo de coalizão no Afeganistão com os talibãs, para a estabilização do país e o combate ao ISIS na região. Ademais, em abril deste ano, o governo paquistanês anunciou planejar a compra de aviões de combate Su-35 e tanques T-90 russos, e a intenção de durabilidade do alinhamento com a Rússia, substituindo a dependência do Paquistão na área de defesa aérea, antes provida pelos EUA (RAMANI, 2018).

Dessa forma, a abordagem linha-dura de Trump, ao cortar o financiamento a um dos seus principais aliados na região, pode ter o efeito de empurrar o Paquistão para as zonas de influência russa e chinesa e rearranjar o tabuleiro político internacional. O estreitamento das relações sino-paquistanesas e russo-paquistanesas promete uma abordagem alternativa para eliminar – ou ao menos reduzir – o terrorismo regional, tendo como premissa o não intervencionismo e o respeito à autodeterminação dos Estados soberanos. O Paquistão, antes um meio e um aliado para a inserção estadunidense na região do sul asiático, agora pode se constituir um obstáculo para tal. Assim, as consequências da decisão recaem, principalmente, no próprio proponente dela, os Estados Unidos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

China pode aproveitar ‘brecha dos EUA’ e construir base naval no Paquistão. **Sputnik**, 2018. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/asia_oceania/2018010610225776-china-construcao-base-paquistao/>. Último acesso em 20 de maio de 2018.

DRESSLER, Jeffrey. **The Haqqani Network: from Pakistan to Afghanistan**. Washington: Institute for the Study of War, 2010.

FRIEDMAN, George. The End of the US-Pakistan Alliance. **Geopolitical Futures**, 2018. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/end-us-pakistan-alliance/>>. Último acesso em 20 de maio de 2018.

KEPEL, Gilles. **Jihad: expansão e declínio do islamismo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

NEVES, Edson José. O Paquistão e o Combate ao Terrorismo na Ásia Meridional: entre o intervencionismo estadunidense e a regionalização da segurança. In: SOUZA, André; NASSER, Reginaldo; MORAES, Rodrigo. **Do 11 de setembro de 2001 à Guerra ao Terror**. Brasília: Ipea, 2014, p. 129-159.

OLSON, Richard G. How Not to Engage With Pakistan. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/01/09/opinion/pakistan-trump-aid-engage.html>>. Último acesso em 20 de maio de 2018.

RAMANI, Samuel. Russia and Pakistan: A Durable Anti-America Alliance in South Asia. **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/04/russia-and-pakistan-a-durable-anti-american-alliance-in-south-asia/>>. Último acesso em 20 de maio de 2018.

OS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS E A ILHA DE SOCOTRA: A TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO DA ILHA IEMENITA NO GOLFO DE ÁDEN

Giovanna Lucio Monteiro Ferreira

Desde 2015, o Iêmen está mergulhado em uma guerra civil devastadora para a sua população e para a sua soberania nacional. O avanço rebelde dos Houthis deixou a Arábia Saudita em alerta, o que levou a uma coalizão entre os países do Golfo, apoiando o presidente Abd Rabbuh Mansur Al-Hadi, questionado pela oposição, e perpetrando ataques constantes contra os rebeldes (QUEIROZ, 2018). Essa intervenção da Arábia Saudita é estratégica, pois a mesma possui grande preocupação geopolítica no sul na península arábica, ansiando manter o Iêmen fraco o suficiente para que os interesses sauditas sejam salvaguardados, mas não a ponto de gerar migrações que possam prejudicar o reino (Idem, 2018).

Entre os países da coalizão, os Emirados Árabes Unidos (EAU) se destacam pela sua aliança com os sauditas e pelas últimas investidas de expansão da sua influência sobre o Golfo de Áden e o Mar Vermelho (JONKERS, 2018). Essa região se torna estratégica para o país, uma vez que nessa se encontram as rotas marítimas mais importantes do Mar Mediterrâneo para o Oceano Índico, assim como o estreito de Bab-el-Mandeb, entre o Iêmen e o Chifre da África, que dá acesso ao Canal de Suez (AL JAZEERA, 2018). É uma localização importante para os mercados da Europa, da Ásia e do Oriente Médio, principalmente para o petróleo, visto que as exportações do Golfo Pérsico são feitas quase em sua totalidade pelo estreito, com 25.000 navios de petróleo e 4,8 milhões de barris passando pelo mesmo por dia, e sendo os Emirados Árabes Unidos o líder nas exportações (TELICI, 2018).

No meio dessa região estratégica, está a fascinante ilha de Socotra. O arquipélago, formado por quatro ilhas, pertence ao Iêmen desde a independência do Iêmen do Sul em 1967¹¹ (UNESCO, 2017). Essa é considerada uma das paisagens mais únicas do mundo, sendo reconhecida pela UNESCO como patrimônio da humanidade desde 2008, devido à sua biosfera singular e estando fora dos limites de poluentes e de outras atividades humanas que poderiam trazer distúrbios à ilha. Lar de plantas e animais raros, assim como de uma grande quantidade de recursos minerais, a ilha ainda possui uma localização importante que permite o acesso às rotas citadas anteriormente, o que chamou a atenção dos EAU (JONKERS, 2018).

Devido à necessidade de se preservar a ilha, essa possuía poucas construções e estradas, tendo uma infraestrutura muito precária. No ano de 2015, o arquipélago sofreu com um terrível

¹¹ O Iêmen foi dividido entre o império Otomano e o britânico no início do século XX. O Iêmen do Norte ganha sua independência em 1962, mas o Iêmen do Sul continua sob o domínio britânico até 1967. A unificação dos dois ocorre apenas na década de 1990.

ciclone que devastou uma parte da sua biosfera, o que, devido à precariedade da infraestrutura e da falta de investimento do governo em meio à guerra civil, estava levando o território a um momento extremo que colocaria em risco a sua biodiversidade. Observando essa situação, os EAU ofereceram, inicialmente, um pacote de ajuda humanitária de 1,6 bilhões de dólares, voltado para projetos de reconstrução, o qual representou o início de uma série de intervenções de Abu Dhabi em Socotra (Idem, 2018).

Desse modo, os Emirados Árabes Unidos arrendaram Socotra do presidente iemenita por um período de 99 anos, nos quais serão empreendidos projetos de desenvolvimento da infraestrutura e das condições socioeconômicas, assim como investimentos no turismo da ilha (NTHNEWS, 2017). Esse acordo, no entanto, pode ser questionado, uma vez que foi feito em meio a uma guerra civil, em um momento no qual o presidente Hadi é fortemente atacado por grupos rebeldes e questionado pela população iemenita em geral. Sendo assim, o arrendamento da ilha, que tem sido prejudicial para a população e para a biosfera, em benefício dos emirados, pode ter a sua legitimidade colocada em pauta.

A problemática central aqui é que os investimentos nessa ilha têm se mostrado uma forma dos EAU expandirem a sua influência econômica e militar para a região, e até mesmo a transformar em um dos seus emirados, violando a soberania iemenita histórica sobre Socotra. Além disso, dados recentes da UNESCO têm mostrado, na realidade, um aumento da depredação da ilha desde o início das intervenções de Abu Dhabi (UNESCO, 2017). Esse fato é muito preocupante, uma vez que a violação da preservação da ilha é ilegal, por essa estar entre os patrimônios naturais da humanidade (MIDDLE EAST MONITOR, 2018).

Essas violações têm ocorrido devido aos excessos dos emiradenses. A partir do momento em que as portas foram abertas para os EAU, esse injetou capital massivamente em empreendimentos voltados, primeiramente, para o turismo, o que levou à construção de muitos hotéis, à ampliação de cidades, de portos e até mesmo postos de gasolina, juntamente com a expansão das rodovias; o que já violou 70% das reservas naturais da ilha (JONKERS, 2018). Foram feitas, também, aplicações em setores sociais, como armazenamento de água, fornecimento de alimentos e projetos de bolsas de estudos (NTHNEWS, 2017).

Alguns analistas acreditam que os investimentos desse cunho estão buscando uma colonização real de Socotra, o que foi sustentado a partir de três pontos fundamentais. Em primeiro lugar, ocorreu um aumento da quantidade de voos entre a ilha e os Emirados, permitindo que a população da mesma vá para Abu Dhabi em busca de tratamentos de saúde e empregos que possam vir a ser proveitosos (MIDDLE EAST MONITOR, 2018). Juntamente a

isso, os EAU mostraram interesse em fazer um referendo com os socotranos, buscando transformar o arquipélago no oitavo emirado.

Posteriormente, os investimentos emiradenses mudaram de caráter, se transformando, principalmente, em militares. A instalação de uma base militar aérea chamou a atenção dos países que utilizam o estreito de Bab-el-Mandeb como rota comercial, pois demonstra, mais uma vez, a intenção dos Emirados de controlar essa região. Acredita-se que o projeto dos Emirados é instalar bases aéreas, terrestres e navais, de onde se poderia sair tropas em direção aos principais conflitos da região que interessa a Abu Dhabi controlar, principalmente aqueles que envolvem grupos como os Houthis, Al-Qaeda e o Estado Islâmico (TELICI, 2018). Dessa maneira, essa seria uma forma os EAU se transformarem em uma peça importante no tabuleiro geopolítico da região, controlando as rotas comerciais mais importantes no Golfo de Áden e tendo alcance para fazer frente às principais ameaças regionais.

Existe uma grande dificuldade de se impedir os projetos dos Emirados em Socotra, uma vez que esse é o oitavo país mais rico do mundo, com grande influência regional, e as organizações internacionais encontram obstáculos para intervir. A população de Socotra é muito simples e não possui meios de fazer frente aos ricos emirados e, além disso, o Iêmen, que possui soberania sobre a ilha e deveria proteger seu território, está passando por uma grave crise política e humanitária em sua porção continental. Por outro lado, apesar de a ilha ser protegida pela UNESCO, a organização não pode intervir na ilha, existindo apenas a possibilidade de resoluções que recomendem a não-interferência nos biomas da ilha, que não são vinculantes. Além disso, como o governo iemenita, na figura do presidente Hadi, deu o aval para a ocupação e a exploração emiradense, uma ação internacional poderia ser considerada uma ingerência externa (JONKERS, 2018).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Anger erupts on Yemen's Socotra as UAE deploys over 100 troops. **Al Jazeera**, 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/05/anger-erupts-yemen-socotra-uae-deploys-100-troops-180503072636773.html>>. Último acesso em: 17 de maio de 2018.

How did Yemeni Socotra become an Emirati state under Abu Dhabi's military tutelage?. **NTH NEWS**, 2017. Disponível em: <<http://nthnews.net/en/2017/10/18/how-did-yemeni-socotra-become-an-emirati-state-under-abu-dhabis-military-tutelage/>>. Último acesso em: 18 de maio de 2018.

JONKERS, Brecht. Yemen vows revenge for UAE colonisation of Socotra. **Yemen Resistance Watch**, 2018. Disponível em <<https://yemen-rw.org/2018/01/14/yemen-vows-revenge-uae-colonisation-socotra/>>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Décision: 41 COM 7B.23 Archipel de Socotra (Yémen) (N 1263). **UNESCO**, 2017. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/fr/decisions/7026>>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

QUEIROZ, Thayane. A Crise Humanitária que Perdura Esquecida ao Sul da Península Arábica: a Guerra Civil no Iêmen. In: VALENTE, Leonardo; FERREIRA, Letícia; VENTURA, Leonardo; ARANTES, Dayanne; QUEIROZ, Thayane; NUNES, Dimitria; RIBEIRO, Marcelo; ALVES, Matheus; RODRIGUES, Sabrina. **Boletim LEA-UFRJ - Ano 2, Nº 1, Fevereiro de 2018**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos Asiáticos, 2018. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/b7b82b_52a5596d1cc24b1e953f4ae3b419b2bb.pdf>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

TELICI, Ismail Numan. Military bases in UAE foreign policy. **Daily Sabah**, 2018. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/op-ed/2018/03/12/military-bases-in-uae-foreign-policy>>. Último acesso em: 20 de maio de 2018.

UAE forces beef-up presence in Yemen's Socotra Island. **Middle East Monitor**, 2018. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20180503-uae-forces-beef-up-presence-in-yemens-socotra-island/>>. Último acesso em: 19 de maio de 2018.